

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
CENTRO DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM CONTABILIDADE E
CONTROLADORIA - CEPCON
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM AUDITORIA**

HUMBERTO CHAVES DE OLIVEIRA

**CONTROLES INTERNOS DO ATIVO IMOBILIZADO E SUA IMPORTANCIA NO
CONTEXTO ORGANIZACIONAL**

**BELO HORIZONTE
2014**

HUMBERTO CHAVES DE OLIVEIRA

**CONTROLES INTERNOS DO ATIVO IMOBILIZADO E SUA IMPORTANCIA NO
CONTEXTO ORGANIZACIONAL**

Monografia apresentada ao Centro de pós-graduação e pesquisa em Contabilidade e Controladoria da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito para a obtenção do título de Especialista em Auditoria.

Orientador: Prof. João Aristides de Moraes

**BELO HORIZONTE
2014**

Humberto Chaves de Oliveira

**CONTROLES INTERNOS DO ATIVO IMOBILIZADO E SUA IMPORTANCIA NO
CONTEXTO ORGANIZACIONAL**

Monografia apresentada ao Centro de pós-graduação e pesquisa em Contabilidade e Controladoria da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito para a obtenção do título de Especialista em Auditoria.

Orientador: Prof. João Aristides de Moraes

Aprovado em: _____

BANCA EXAMINADORA

Prof. João Aristides de Moraes

Prof. Fernando Antônio Lopes Matoso

AGRADECIMENTOS

Por muitas vezes nos colocamos em caminhos árduos e nos dispomos a lutar por nossos ideais mesmo que sem entender o que nos reserva o futuro. Voltar a uma sala de aula e ausentar os dias de nossos lares, seja com chuva, sol, calor ou frio tornou-se no último ano uma rotina em nossas vidas, para buscar um conhecimento capaz de nos transpor em nossos próprios limites e nos fazer cidadãos melhores em um mundo tão conturbado.

Agradeço a Deus que por intermédio de seu filho me concedeu o privilégio e dom da vida, para aperfeiçoar não apenas os meus conhecimentos sobre temas específicos da contabilidade, mas também para compartilhar vitórias, conquistas, derrotas e lágrimas com pessoas até então desconhecidas em minha vida, mas que se tornaram presentes pelo resto dela.

Obrigado aos meus professores, que com compreensão, respeito e dedicação me ensinaram não apenas o que os livros ensinam, mas também o amadurecimento como homem, e como ser humano, a buscar meus ideais e não desistir mesmo que a adversidade pareça intransponível.

Agradecimento em especial ao Professor João Aristides, pela dedicação compreensão e ajuda para que esse trabalho pudesse ser concluído. Meu respeito e minha admiração pelo ser humano e profissional que você é, meu muito obrigado e que Deus te abençoe sempre.

A minha Esposa Sheila, que é sem dúvidas a grande responsável por minhas vitórias. Sem você não seria possível essa conquista. Agradecimento especial também a Vinicius, meu filho amado, por suportar minha ausência, você é a razão de minhas lutas, é a alegria de minha vida.

Aos meus familiares pela compreensão por minhas ausências, em especial aos meus pais que são meus exemplos de vida.

Aos meus amigos, com os quais aprendi e trocamos muitas experiências não apenas nas áreas técnicas, mas também no campo social e na vida. A todos o meu muito obrigado.

Meus sinceros agradecimentos!

RESUMO

A gestão patrimonial e o controle do imobilizado faz-se através da elaboração de um sistema focado em resultados positivos, oferecendo segurança para a organização com relação aos investimentos efetuados nestes ativos. Através do controle patrimonial é possível obter informações para melhorar os processos internos de forma a colaborar para o sucesso da organização. O presente trabalho tem como tema o controle interno do ativo imobilizado, e visa demonstrar como o patrimônio de uma entidade é importante, pois além de reunir esforços de pessoas com objetivos e desejos comuns, reúne também bens como, por exemplo, terrenos, máquinas, equipamentos, veículos, móveis, materiais e muitos outros, que contribuem para o negócio da empresa. A presença de um controle patrimonial na entidade contribui para um domínio eficiente sobre seus bens, de forma a evitar que ocorram quebras, roubos e perdas com relação a esses investimentos contribuindo para melhorar seus resultados.

PALAVRAS CHAVES: Ativo imobilizado; Controle Patrimonial; Melhoria de processos.

ABSTRACT

The asset management and control of fixed assets is through the development of a system focused on positive results , providing security for the organization with respect to investments made in these assets . Through asset control is possible to obtain information to improve internal processes to contribute to the success of the organization . The present work has as its theme the internal control of fixed assets , and aims to demonstrate how the assets of an entity is important, as well as efforts to meet people with common goals and desires , also gathers assets , eg , land , machinery , equipment , vehicles , furniture, and many other materials that contribute to the company's business . The presence of a controlling equity in the entity contributes to an efficient field on their property in order to prevent causing breakages , theft and loss with respect to these investments contributing to improve your results .

KEYWORDS : Fixed Assets , Asset Control , Process Improvement .

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – Procedimentos a serem realizados na gestão do ativo imobilizado.....	25
QUADRO 2 – Manual de controle do ativo imobilizado.....	25

LISTA DE ABREVIATURAS / SIGLAS

CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	11
1.1 Problema	11
1.2 Objetivo geral	12
1.2.1 Objetivos específicos.....	12
1.3 Justificativa	12
1.4 Metodologia	13
2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	14
2.1. Ativo imobilizado	14
2.1.1 Conceituação e importância do controle dos ativos imobilizados dentro de uma organização.....	14
2.1.2 Normas internacionais: tratamento contábil após as alterações advindas da Lei nº 11.638/07	15
2.1.2.1 Reconhecimento e Mensuração	18
2.1.2.2 Depreciação	19
2.1.2.3 Divulgação	20
2.2. Gestão patrimonial e controle dos ativos imobilizados	22
2.2.1. Modelo de manual para controle dos ativos imobilizados	25
3. CONSIDERAÇÕES FINAIS	32
3.1. Sugestões para pesquisas futuras	32
REFERÊNCIAS	33

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como tema o controle interno do ativo imobilizado, e visa demonstrar como o patrimônio de uma entidade é importante, pois além de reunir esforços de pessoas com objetivos e desejos comuns, reúne também bens como, por exemplo, terrenos, máquinas, equipamentos, veículos, móveis, materiais e muitos outros, que contribuem para o negócio da empresa.

O controle dos bens patrimoniais é uma atividade que visa reduzir custos com manutenção, perdas, roubos e reposição, por meio de adequados controles internos, capazes de satisfazer as necessidades que as organizações possuem de renovar ao longo de tempo, seus ativos fixos e dar continuidade por meio dos mesmos aos serviços e produtos oferecidos à seus clientes.

Esta pesquisa na área do ativo imobilizado, tem por objetivo despertar nas organizações, por meio de seus usuários a mentalidade de preservação do patrimônio e conseqüentemente comprometimento com a veracidade de seus registros de forma a conservar seus diversos itens que compõem seu imobilizado e assegurar a correta utilização dos mesmos, e a sua correta mensuração nos demonstrativos contábeis.

Por fim, evidenciar toda a relevância dos controles internos nos bens que incorporam o ativo imobilizado, dando a devida atenção e zelo à utilização do patrimônio como um todo.

1.1 Problema

O objetivo deste estudo é elaborar um manual de controle do ativo Imobilizado, adequado às normas e princípios contábeis objetivando evidenciar a melhor forma para a implementação de controles internos para este ativo.

1.2 Objetivo geral

O objetivo deste estudo é demonstrar procedimentos para o controle do ativo Imobilizado, de acordo com as normas e princípios de contabilidade contábeis geralmente aceitos.

1.2.1 Objetivos específicos

Como objetivos específicos este trabalho visa identificar quais as técnicas e regulamentações adequadas ao devido controle e aperfeiçoamento da utilização dos bens do ativo imobilizado nas organizações; mensurar quais os aspectos relevantes do ponto de vista de reposição para propor controles de forma a maximizar o tempo de utilidade dos bens em função da vida útil; propor formas de reconhecimento dos desgastes a partir da sua utilização e propor programa de apuração do valor de recuperabilidade (*impairment*), conseqüentemente o seu reconhecimento na contabilidade.

1.3 Justificativa

A escolha do tema é devido a grande relevância do objeto em estudo para as corporações, e o elevado custo de reposição pela falta de controles existentes. Os controles internos eficientes são fundamentais para quaisquer organizações, controles frágeis e desestruturados podem acarretar diversas irregularidades e perdas.

Este estudo visa aprimorar controles para as possíveis fragilidades existentes nos controles internos do setor de imobilizado, bem como a inexistência dos mesmos.

Espera-se que por meio do trabalho elaborado, as organizações tenham maior controle de suas atividades operacionais, suas reais necessidades de reposição e manutenção de máquinas e equipamentos, conseqüentemente o aumento da rentabilidade através dos procedimentos a serem propostos.

Na condição de aluno pesquisador, a preparação desse trabalho contribuirá para promover a capacidade de análise, síntese e crítica sobre temas relacionados ao curso e estímulo para o pensamento científico, para a ciência a pesquisa deve agregar descobertas aos estudos organizacionais.

1.4 Metodologia

Quanto aos métodos a serem utilizados para a elaboração dos trabalhos serão baseados em pesquisa descritiva e pesquisa bibliográfica, sendo que os conceitos serão embasados sempre na experiência de pesquisadores com relevantes trabalhos a respeito do tema. Com o objetivo de ilustrar os controles internos na área, foi apresentada uma política institucional de gestão do ativo imobilizado, com intuito de demonstrar de forma prática os modelos e formulários de controles dos bens que compõem o imobilizado das organizações.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1. Ativo imobilizado

Nesta seção serão apresentados os conceitos relacionados ao grupo patrimonial do ativo imobilizado, sua importância em relação aos demais ativos da organização e o tratamento contábil dado aos mesmos antes e após o advento das Leis nº. 11.638/07 e nº. 11.941/09.

2.1.1 Conceituação e importância do controle dos ativos imobilizados dentro de uma organização

Os ativos segundo Iudicibus et. al (2006) são bens que se destinam a manutenção das atividades organizacionais. Estes podem ser ditos de natureza permanente (destinados à produção ou prestação de serviços) ou transitória (destinados à venda). Neste tópico trataremos dos bens de natureza permanente, que são aqueles utilizados no decorrer do ciclo operacional para a obtenção de novas receitas, denominados ativos imobilizados.

Segundo Szuster et al (2011, p.324) os bens integrantes do ativo imobilizado correspondem:

Às aplicações de recursos da entidade em ativos tangíveis que não se tem por objetivo transformar diretamente em dinheiro e que são utilizados em sua atividade operacional, ou seja, o Imobilizado corresponde aos saldos dos bens tangíveis da entidade utilizados em suas operações normais e que têm capacidade de gerar benefícios econômicos durante vários períodos.

No grupo ativo imobilizado “são incluídos todos os ativos tangíveis ou corpóreos de permanência duradoura, destinados ao funcionamento normal da sociedade e de seu empreendimento, assim como os direitos exercidos com essa finalidade”. (IUDICIBUS ET AL; 2010; p.222)

Como se pode constatar, conforme mencionado acima, os ativos imobilizados são aqueles que a empresa utiliza no decorrer de suas operações para gerar novas receitas e compõe juntamente com os demais direitos, recursos patrimoniais da

organização. Recursos esses que são “elementos primordiais para uma organização poder operar, produzir produtos e serviços que irão atender às demandas de mercados. Portanto, é de suma importância uma perfeita adequação e manutenção dos bens patrimoniais para o sucesso da organização”. (POZO; 2001; p.181)

Os bens do ativo imobilizado representam normalmente uma parcela significativa dos ativos da empresa [...] Esses bens têm uma permanência prolongada na companhia, não são destinados à venda e são utilizados na manutenção de suas atividades. (CAVALCANTI; 2003; p. 295)

Por representarem parcela significativa dos bens da organização o controle desse grupo de ativos torna-se atividade primordial para o sucesso organizacional à medida que através da utilização desses bens a entidade poderá dar continuidade aos seus processos produtivos, atendendo dessa forma as demandas externas de mercado.

2.1.2 Normas internacionais: tratamento contábil após as alterações advindas da Lei nº 11.638/07

Recentemente os conceitos que envolvem a contabilidade brasileira sofreram alterações, decorrentes do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, iniciado em 2007 com a alteração da lei das sociedades por ações (Lei nº 6.404/76).

Diversas foram as alterações efetuadas pela sanção desta nova lei que posteriormente também foi alterada com a vigência da Lei nº 11.941/09, entretanto as que serão mencionadas são as alterações que afetaram o grupo de ativos utilizados no processo produtivo da organização. A primeira alteração relacionada a esse grupo foi quanto à sua apresentação no Balanço Patrimonial, a Lei nº 11.638/07 que alterou sua disposição e, nomenclatura do grupo denominado, “Ativo Permanente”, que antes era dividido em investimentos, ativo imobilizado e ativo diferido, passou a ser dividido em investimentos, imobilizado e intangível, ressaltando que ficou vedada a constituição de novos ativos diferidos.

Em 2009, o grupo Ativo Permanente foi excluído da estrutura de contas do balanço patrimonial segundo a redação dada pela Lei nº 11.941/09 os ativos passaram a ser divididos em ativos circulantes e ativos não circulantes, sendo o segundo “composto por ativo realizável a longo prazo, investimentos, imobilizado e intangível.”(BRASIL, 2009, Art. 178 § 1º inciso II).

Anteriormente a emissão da Lei nº 11.638/07, eram classificados como ativos imobilizados, segundo a Lei nº. 6.404/76, todos os direitos que tinham por finalidade a manutenção das atividades da organização ou exercidos com essa finalidade. Com a nova redação dada no ano de 2007, passam a ser assim classificados todos os bens corpóreos que se destinam a manutenção da atividade da organização incluindo “os decorrentes de operações que transfiram à companhia os benefícios, riscos e controle desses bens” (Lei nº 11.638/07).

E nesse ponto, no que tange ao reconhecimento de operações que transfiram os benefícios, riscos e controle como ativo imobilizado, é que se tem a diferenciação do tratamento antes e após a convergência contábil, passam a ser incluídos como ativos imobilizados, os ativos advindos das operações de arrendamento mercantil que anteriormente eram classificados somente como despesa no curso operacional da atividade, mas há que se ressaltar que só deverão ser reconhecidos como bem do ativo imobilizado os arrendamentos que transfiram ao arrendatário os riscos e benefícios advindos do bem arrendado, conforme menciona o Pronunciamento Técnico CPC 06 – Operações de Arrendamento Mercantil.

A inclusão desses direitos deve-se a alteração no conceito de Ativo, os ativos que antes eram definidos como sendo “o conjunto de bens e direitos de propriedade da empresa” (MARION; 2006; p.53) passa a ser definido segundo Pronunciamento Conceitual Básico como sendo os recursos controlados “pela entidade como resultado de eventos passados e do qual se espera que fluam futuros benefícios econômicos para a entidade” (COMITE DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS, 2011)

O benefício econômico futuro incorporado a um ativo é o seu potencial em contribuir, direta ou indiretamente, para o fluxo de caixa ou equivalentes de caixa para a entidade. Tal potencial pode ser produtivo, quando o recurso

for parte integrante das atividades operacionais da entidade. Pode também ter a forma de conversibilidade em caixa ou equivalentes de caixa ou pode ainda ser capaz de reduzir as saídas de caixa, como no caso de processo industrial alternativo que reduza os custos de produção. (COMITE DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS, 2011).

Devido à significância do grupo Ativo Imobilizado foi emitido em 2009 pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis o Pronunciamento Técnico CPC 27, que tem como objetivo estabelecer regras relacionadas ao tratamento contábil dos bens registrados no ativo imobilizado de forma a propiciar aos usuários da informação contábil, informações que reflitam a essência das operações e saldos da entidade, demonstrando os investimentos e mutações ocorridas no ativo imobilizado da organização.

De forma geral este pronunciamento se aplica na contabilização dos bens do ativo imobilizado exceto quando houver outro pronunciamento determinando ou permitindo tratamento diferente. Como exceção a regra, os seguintes ativos são mencionados: os mantidos para a venda de acordo com Pronunciamento Técnico 31; ativos biológicos relacionados com atividade agrícola (CPC 29); ativos de exploração (CPC 34) e direitos sobre jazidas e reservas minerais.

O CPC 27 também apresenta algumas definições de termos utilizados no mesmo, conforme segue abaixo:

- ü Valor Contábil: é o valor líquido do ativo, ou seja, o seu valor após as deduções da depreciação e do *impairment* acumulados.
- ü Valor depreciável: é o valor do ativo menos o seu valor residual.
- ü Depreciação: é alocação do valor depreciável ao longo de sua vida útil.
- ü Valor específico para a entidade: é o valor que a entidade espera obter utilizando determinado ativo.
- ü Valor Justo: é o valor pelo qual o ativo pode ser negociado entre as partes interessadas, sem que ocorra o favorecimento de nenhuma delas.
- ü Perda por redução ao valor recuperável: é o valor que excede o valor recuperável de um ativo.
- ü Ativos Imobilizados: são direitos que estão relacionados a bens corpóreos que são destinados a manutenção das atividades.

- ü Valor recuperável: é o maior valor entre o valor em uso e o valor justo.
- ü Valor residual de um ativo: é o valor estimado que a entidade obteria caso decidisse vender determinado ativo.
- ü Vida útil: é o período pelo qual a entidade pretende utilizar determinado ativo ou a quantidade de unidades de produção.

Dessa forma constata-se que a emissão do pronunciamento técnico CPC 27, visa auxiliar no processo de adoção das novas normas, evidenciando conceitos e estabelecendo as regras para a mensuração e reconhecimento dos bens do ativo imobilizado.

2.1.2.1 Reconhecimento e Mensuração

O CPC determina que: “Os principais pontos a serem considerados na contabilização do ativo imobilizado são o reconhecimento dos ativos, a determinação dos seus valores contábeis e os valores de depreciação e perdas por desvalorização a serem reconhecidas em relação aos mesmos.” (Comitê de Pronunciamentos Contábeis, 2011, CPC 27)

Como princípio básico para reconhecimento de um ativo o pronunciamento técnico CPC 27 menciona que somente deve ser reconhecido como ativo imobilizado, o ativo que tem seu custo confiavelmente mensurado e probabilidade de gerar futuros benefícios.

Ao avaliar os itens que são reconhecidos como ativo imobilizado a entidade deve levar em consideração todos os custos no momento em que são incorridos, sejam custos iniciais ou subsequentes.

As peças de reposição, os sobressalentes e os equipamentos de uso interno, devem ser classificados como ativo imobilizado caso a entidade deseje utilizá-los por mais de um período ou se somente puderem ser utilizados com itens do ativo imobilizado.

Um item do ativo imobilizado deve ser mensurado pelo seu valor de custo e, são elementos do valor de custo o preço de aquisição juntamente com os impostos de

importação e os impostos não recuperáveis; todos os custos necessários para colocar o ativo no local em condições de uso e a estimativa inicial dos custos de desmontagem e remoção do item e de restauração do local. O reconhecimento dos custos cessa a partir do momento em que o ativo está em condições de uso, sendo assim os custos relativos à transferência ou reinstalação de um item não são incluídos em seu valor contábil.

Observa-se como mencionado anteriormente que o reconhecimento dos ativos como Ativo Imobilizado passa pelo menos por três análises, a primeira diz respeito à confiabilidade da mensuração de seus custos, a segunda diz respeito a sua capacidade de gerar benefícios futuros para a organização e a terceira diz respeito ao tempo que esse bem será utilizado pela organização.

Quanto à mensuração os ativos imobilizados inicialmente são mensurados pelo seu valor de custo que segundo o CPC 27 equivale ao preço à vista na data do reconhecimento.

2.1.2.2 Depreciação

“A maior parte dos ativos imobilizados (exceção feita praticamente a Terrenos e Obras de Arte) têm vida útil limitada, ou seja, serão úteis à empresa por um conjunto de períodos finitos, também chamados Períodos Contábeis.” (MARION; 2006, p. 211).

Para Marion (2006) a depreciação nada mais é do que o reconhecimento gradativo do custo com o ativo imobilizado como despesa. Ludicibus et. al. (2006) concorda com a afirmação de Marion (2006) ao mencionar que a depreciação é um custo amortizado durante a vida útil produtiva do bem.

O cálculo da depreciação deve ser efetuado para cada componente com custo significativo em relação ao custo total do item. O método de depreciação reflete os padrões de consumo da entidade e deve ser revisado pelo menos ao final de cada exercício e caso haja alterações significativas deve ser modificado. Essa mudança de método deve ser registrada como mudança de estimativa contábil.

Podem ser utilizados diversos métodos para alocação do valor depreciável dentre eles incluem-se: o método linear que resulta em despesa constante ao longo da vida útil do bem; o método dos saldos decrescentes que resulta em despesa decrescente ao longo da vida útil e o método de unidades produzidas que é o método em que a depreciação é calculada de acordo o número de unidades produzidas ou na quantidade esperada de produção.

O valor depreciável deve ser apropriado ao longo da vida útil estimada do bem, sendo os valores residuais e a vida útil revisados pelo menos ao final de cada ano. Na determinação da vida útil de um bem deverão ser considerados: a quantidade produzida, o desgaste físico normal, obsolescência técnica ou operacional e limites legais no uso de ativos.

Caso o valor residual exceda o valor contábil, a depreciação será cessada. Outras possibilidades de cessação da depreciação são: quando o ativo é classificado como mantido para venda ou quando o ativo é baixado.

As indenizações de perda por desvalorização devem ser reconhecidas no resultado quando a indenização for recebível.

O ativo imobilizado deve ser baixado por ocasião da venda ou quando não houver expectativa de geração de benefícios econômicos futuros. Os ganhos e perdas referentes às baixas devem ser reconhecidos diretamente no resultado. Estes são determinados pela diferença entre o valor líquido de venda e seu valor contábil.

2.1.2.3 Divulgação

Quanto à divulgação as demonstrações contábeis devem divulgar para cada classe de ativo: os critérios de mensuração, os métodos de depreciação, as vidas úteis, as taxas de depreciação, os saldos iniciais e finais relacionados ao valor contábil bruto e a depreciação acumulada, a conciliação do valor contábil no início e no final do período.

As demonstrações contábeis também devem evidenciar, segundo CPC 27 p. 18 e 19:

- ü a existência de valores de ativos cuja titularidade é restrita.
- ü o valor dos gastos reconhecidos no valor contábil de um item do ativo imobilizado durante a sua construção;
- ü o valor dos compromissos contratuais advindos da aquisição de ativos imobilizados; e
- ü se não for divulgada separadamente no corpo da demonstração do resultado, o valor das indenizações de terceiros por itens do ativo imobilizado que tenham sido desvalorizados, perdidos ou abandonados, incluído no resultado.

Como mencionado a entidade deve divulgar todas as técnicas utilizadas para o reconhecimento do ativo imobilizado bem como sua mutação durante o exercício. Abaixo segue um exemplo de nota explicativa divulgada pela companhia ALL – América Latina Logística S/A como forma de elucidar sobre os conceitos e exigências descritos neste tópico.

A Companhia optou por não avaliar o seu ativo imobilizado pelo valor justo como custo atribuído, considerando que: (i) o método de custo, deduzido de provisão para perdas, é o melhor método para avaliar os ativos imobilizados da Companhia; (ii) o ativo imobilizado da Companhia é segregado em classes bem definidas e relacionadas às suas atividades operacionais; (iii) a Companhia possui controles eficazes sobre os bens do ativo imobilizado que possibilitam a identificação de perdas e mudanças de estimativa de vida útil dos bens. Locomotivas, vagões e via permanente são apresentados ao custo, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. O referido custo inclui o custo de reposição de parte do imobilizado e custos de empréstimo de projetos de construção de longo prazo, quando os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Quando há substituição de partes significativas do ativo imobilizado, estas são capitalizadas nos respectivos bens. Da mesma forma, quando uma inspeção relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos.

Depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens, como segue:

- Locomotivas 25 anos
- Vagões 30 anos
- Via permanente Limitado ao prazo da concessão 15 a 67 anos

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

Fonte: http://ri.all-logistica.com/all/web/arquivos/DFP_ALL_4T11.pdf Acesso: 01/03/2014.

A nota explicativa acima evidencia a utilização dos novos critérios pela contabilidade brasileira como a inclusão do tempo de vida útil do bem, na avaliação dos ativos imobilizados, o que implica em uma avaliação com caráter econômico, em contraponto ao que ocorria anteriormente. Também é utilizado o novo critério de reconhecimento dos ativos que implica na ocorrência de benefícios econômicos futuros.

O objetivo principal da convergência com as normas internacionais de contabilidade foi tornar mais claras e acessíveis as informações sobre a entidade, dessa forma acredita-se que as informações fornecidas nos novos padrões da contabilidade brasileira oferecerão ao usuário mais subsídios e ferramentas para a tomada de decisão.

2.2. Gestão patrimonial e controle dos ativos imobilizados

A gestão e o controle dos ativos imobilizados mostram-se como ferramenta fundamental para o sucesso de uma organização já que os valores de sua mensuração influem na formação dos custos e despesas relacionados às suas atividades. O controle deve ser realizado de forma eficiente de maneira que as informações por ele geradas possam ser utilizadas na tomada de decisão. Segundo Adail (2013) atualmente os gestores e empresários tem buscado a cada dia melhores práticas para o gerenciamento e controle dos seus ativos imobilizados, afirmando que o controle desses ativos deve ser feito de forma individualizada.

As atividades relacionadas ao controle patrimonial dos ativos fixos, tem como objetivo primordial evidenciar segundo Crepaldi (2007) quão eficientes são os procedimentos adotados com objetivo de vigiar e proteger os bens da organização “para se saber se o que se investe e o que se obtém de recursos efetivamente oferece lucratividade, economicidade ou adequada colimação dos fins procurados ou programados”. (CREPALDI; 2007, p.269)

As organizações, em face de suas complexidades e seu tamanho, transacionam constantemente seus recursos patrimoniais, ora adquirindo, ora vendendo, ou trocando-os, sempre com o objetivo maior de otimizar os processos e proporcionar maior satisfação, tanto para o cliente externo como o interno. A gestão dos recursos patrimoniais é, portanto, atividade fundamental na administração empresarial. (POZO; 2001; p.181)

Como mencionado anteriormente às atividades desenvolvidas para controlar o patrimônio da organização tem como função demonstrar a eficiência dos procedimentos internos.

“Pode-se entender a importância do controle interno a partir do momento em que se verifica que é ele que pode garantir a continuidade do fluxo de operações com as quais convivem as empresas.” (CREPALDI; 2007; p.276)

Define ainda, o autor que o: “controle pode ser definido como o processo de monitorar as atividades de forma a assegurar que elas estejam sendo realizadas conforme o planejado e corrigir quaisquer desvios significativos”. (ROBBINS; COLTER, 1996, p. 414)

À luz dos ensinamentos de CREPALDI; 2007, p.277 os controles internos que são oriundos dos atos administrativos influenciam diretamente nos registros contábeis à medida que evidenciarão as reais condições dos ativos que a entidade possui, sendo necessário considerá-lo quando da determinação do sistema de controle interno a ser utilizado.

A gestão operacional dos imobilizados tem como foco central a verificação periódica da capacidade de geração de serviços dos Ativos Fixos e dos custos reais de operá-los. Esta verificação se dá em termos de comparação com os serviços e custos esperados pelo equipamento, mensurados quando da decisão inicial de investir em equipamentos. (Padoveze, 2010, p.303)

Quando da mensuração dos ativos imobilizados, devem ser elaborados e determinados os controles que serão utilizados para gerenciar tais investimentos. Esses controles devem conter documentos e análises das informações relacionadas aos custos de aquisição, depreciações, testes de recuperabilidade, dentre outras informações. Adail (2013) ressalta que podem ser escolhidos diversos sistemas para a utilização no controle desses ativos, porém seja qual for o sistema escolhido

devem estar presentes as atividades de registro, manutenção, transferência e baixa, afirmando que as mesmas devem ser monitoradas de forma a garantir a fidedignidade dos registros e informações ali vislumbrados.

Segundo Futida apud Pereira (2012, p. 9)

A implantação de um Departamento de Controle de Imobilizado será necessário que a direção da empresa (presidente ou superintendente) tenha vontade política e autoridade em implantar e arcar com todas as consequências financeiras, administrativas e operacionais e a serem exigidas, com sanções rígidas, sob pena de naufragas todo empreendimento, as normas e procedimentos a serem implantado. “no início da implantação da política de imobilizações, quando às aquisições, controles, vendas, etc. deverão ter a chancela do diretor responsável com autonomia de comando direção da política organizacional do Ativo Imobilizado da empresa.

Futida apud Pereira (2012, p. 22) ainda ressalta que:

A implantação do controle organizacional de bens imobilizados requer: Vontade política/interesse da diretoria, autoridade e comando efetivo da diretoria, da qual estiver subordinado o departamento, o chefe do Patrimônio, muitas vezes, irá se indispor com outras diretorias (ingerência), o chefe do Patrimônio deverá ser o mentor da implantação porém a glória e os problemas/fracasso deverão ser da diretoria, implantação da política da boa vizinhança, e toda norma deverá estabelecer responsabilidade com punição.

De acordo com o mencionado acima se constata que o controle e gerenciamento dos ativos imobilizados visam à proteção desses bens de forma a garantir que os valores constantes em seus demonstrativos reflitam a real situação dos bens.

Pereira e Araujo (2006) afirmam que para gerir de forma eficiente os ativos imobilizados de uma organização é necessária a instituição de normas e procedimentos que deverão ser seguidas quando da execução das atividades administrativas, porém essas atividades devem ser diferenciadas como mostra quadro abaixo:

QUADRO 1 – Procedimentos a serem realizados na gestão do ativo imobilizado

Procedimentos a serem realizados	
Gestor do Ativo Imobilizado	Demais áreas
Entrada e registro do bem	Preenchimento do formulário de solicitação de compra de ativo
Identificação dos bens	Aprovação dos pedidos de compra
Controles individuais e/ou coletivos	Entrada dos bens na empresa
Cálculos matemáticos exigidos por lei	Solicitação de transferência dos bens
Baixas e transferências	Ordens de serviços
Guarda de documentação	Solicitação de baixa e vendas
Fiscalização do cumprimento da Norma	Utilização dos bens exclusivamente nos interesses da organização.
Inventário Físico	Ajustes contábeis se necessários

Fonte: Adaptado de Pereira e Araujo (2006)

Observa-se no quadro acima que o controle e gestão dos ativos fixos envolvem diversas atividades e, que as mesmas devem ser segregadas de acordo com a atividade executada.

2.2.1. Modelo de manual para controle dos ativos imobilizados

Após o estudo dos conceitos relacionados aos ativos imobilizados e os procedimentos que devem ser realizados na busca de eficiência na gestão e controle desses bens, e de forma a consolidar o conhecimento adquirido segue abaixo proposta de manual para controle dos ativos fixos de uma organização:

QUADRO 2 – Manual de controle do ativo imobilizado

1. OBJETIVO

A finalidade destas instruções é determinar os procedimentos básicos para o controle dos bens integrantes da organização. Será necessária sua estrita observância a fim de assegurar um controle preciso.

2. RESPONSABILIDADE

A diretoria designará um profissional, que será responsável pelos controles dos bens que, além das tarefas que lhe serão confiadas conforme abaixo descrito, observará todos os procedimentos de informações, de destinação, de lotação, de

transferências, do inventário e apoio ao sistema de controle dos bens.

3. POLÍTICA CONTÁBIL

A política contábil será executada de acordo com as determinações da Resolução CFC nº 1.255/09, a qual aprovou a NBC T 19.41 – Seção 17 – Ativo Imobilizado, Seção 18 – Intangível e Seção 27 – Redução do Valor Recuperável de Ativos. Esta NBC T 19.41 foi alterada pela Resolução CFC nº/....., que emitiu a ITG 1000.

4. COMPRA DE BENS

4.1. SOLICITAÇÃO

A compra de bens será executada de acordo com solicitação da área interessada. A área que demandar a compra deverá enviar solicitação à administração da sociedade, formalizada em documento interno próprio. No documento deverá conter a fundamentação da necessidade de aquisição, as especificações mínimas e onde serão utilizados os bens solicitados.

Todos os materiais, exceto os itens lançados diretamente como despesa, devem ser codificados com bastante antecedência da data do levantamento do inventário. A codificação deve constituir-se somente de algarismos, levando-se em consideração a divisão dos materiais, de acordo com os registros contábeis.

4.2. COTAÇÃO

Após a solicitação de compra o profissional designado para controle dos bens deverá cotar os bens em, no mínimo, três fornecedores. Estas cotações deverão ser formalizadas em formulário próprio, será encaminhada ao responsável pela sua aprovação.

4.3. APROVAÇÃO DA COMPRA

A gerência da área solicitante deverá analisar as cotações e dentro da política da administração deverá escolher a cotação pelo menor preço, entretanto quando essa entender que o menor preço não será compatível com a melhor qualidade, esta segunda opção deverá ser a escolhida e a aprovação deverá vir justificada com a razão da não escolha do menor preço.

4.4. RECEPÇÃO DOS BENS

O material comprado deverá ser recepcionado pela área responsável pela compra ou por profissional designado pela alta administração. No ato do recebimento deverá ser conferido os dados constantes do pedido de compra, da cotação e aprovação da compra.

Ao recepcionar o bem o profissional deverá colar a etiqueta, inserir os dados no sistema de informação responsável pelo controle dos bens, antes do bem seguir para a área solicitante.

4.5. INPUT NO SISTEMA DE INFORMAÇÕES

No momento do *input* no sistema deverá ser cadastrada a taxa de vida útil econômica do bem, para fins de depreciação mensal.

Os bens para serem controlados no sistema de informações deverão seguir norma interna estabelecida pela sociedade.

Não haverá julgamento de valor mínimo para o controle dos bens no sistema de informações. O parâmetro a ser utilizado para o controle deverá ser o da vida útil econômica igual ou superior a 1 (um) ano.

Caso a sociedade opte por não controlar determinado bem com vida útil superior ao prazo definido no parágrafo anterior deverá registrá-lo direto em despesas do exercício e justificar as razões para o não controle.

Caso a sociedade opte por estabelecer o limite mínimo de valor para controle dos bens deverá observar a determinação do art. 301, do Regulamento do Imposto de Renda que define o custo de aquisição de bens do ativo imobilizado não poderá ser deduzido como despesa operacional, salvo se o bem adquirido tiver valor unitário não superior a R\$ 1.200,00 (hum mil e duzentos reais), ou prazo de vida útil que não ultrapasse o período de 01 (um) ano (Decreto-Lei nº 1.598, de 1977, art. 15, Lei nº 8.218, de 1991, art. 20, Lei nº 8.383, de 1991, art. 3º, inciso II, e Lei nº 9.249, de 1995, art. 30, art. 15 da Lei nº 12.973/14).

Apresentamos no ANEXO II desta política os bens que deverão ser classificados diretamente em despesas e não controlados no sistema de informações.

4.6. CONTROLE NO SISTEMA DE INFORMAÇÕES

A cada final de mês ou início do mês subsequente o responsável pela gestão do bem no sistema de informações deverá gerar os seguintes relatórios:

1. Relatório de aquisições do mês.
2. Relatório de baixas do mês.
3. Relatório de depreciações do mês.

4.7. MOVIMENTAÇÃO DOS BENS

No controle no sistema de informações todos os bens possuem indicação da sua lotação, portanto cada movimentação desses bens deverá ser comunicada, formalizada, ao gestor dos bens para que o mesmo faça a alteração adequada no sistema.

A equipe responsável pela guarda dos bens deverá acompanhar tais movimentações solicitadas e aprovadas e formaliza-la ao gestor dos bens.

5. CONTABILIZAÇÃO

5.1. Mensuração inicial

Com base no relatório de aquisições do mês, anexado às notas fiscais de compra, a contabilidade deverá registrar em cada rubrica específica o bem comprado no mês.

O valor a ser tomado como base para registro deverá ser o valor constante da nota fiscal de compra, sendo este consistente com o valor adicionado ao sistema de informações.

Com base no relatório de baixas do mês, anexado aos documentos de baixas, a contabilidade deverá registrar em cada rubrica a baixa dos bens do mês. Os valores decorrentes da apuração de valor de venda menos o valor do custo menos depreciação acumulada deverão produzir seus efeitos no resultado do mês.

Poderá ser adicionado ao valor do bem adquirido para as atividades da sociedade, todo gasto adicional necessário para colocá-lo em funcionamento, independente do valor do gasto individual e no seu conjunto. Tais gastos poderão ser decorrentes de: taxas legais e corretagem, tributos de importação e tributos de compra não recuperáveis, frete, manuseio, montagem, instalação, testes de funcionalidade, custo de desmontagem, remoção, restauração da área em que o bem for instalado, caso a sociedade tenha que deixar a área como era antes.

5.2. Mensuração subsequente

A cada final de exercício a empresa deverá considerar o valor justo dos bens para

efeito gerencial e, caso o valor de mercado do bem seja inferior ao valor do custo registrado na contabilidade deverá haver a constituição da provisão para recuperabilidade do mesmo.

O valor a ser apurado como irrecuperável deverá ser considerado como provisão para desvalorização do bem em contrapartida do resultado do exercício.

5.3. Definição da vida útil econômica

A sociedade deverá escolher o método de depreciação que reflita o padrão pelo qual se espera consumir os benefícios econômicos futuros do ativo. Poderá utilizar o método de linha reta, de saldos decrescentes, baseado no uso, ou seja, pelo tempo em que espera utilizar o bem.

5.4. Contabilização da depreciação / amortização

A contabilidade deverá registrar mensalmente o valor da depreciação por grupo de contas, a partir do relatório gerado pelo sistema de informações no final de cada mês.

Mensalmente os saldos contábeis da depreciação deverão ser conciliados com os saldos constantes do sistema de informações responsável pelo controle dos bens. Por ocasião dessa conciliação as diferenças que porventura forem identificadas deverão ser ajustadas ao resultado no mês.

6. TESTE DE RECUPERABILIDADE DO VALOR

Anualmente a sociedade deverá elaborar documentação acerca da valorização dos bens tomando como base o valor de mercado de cada bem da empresa.

Os valores apurados na valorização de mercado deverão ser confrontados com o valor registrado na contabilidade. Caso o valor de mercado seja maior que o valor registrado na contabilidade não haverá registro de ajustes sobre saldos contábeis. Caso o valor de mercado seja menor que o valor registrado na contabilidade a perda decorrente do valor menor. O valor do ajuste decorrente do custo menor que o valor de mercado deverá ser registrado ao resultado do exercício.

7. MÉTODO DE CONTAGEM E LISTAGEM DO INVENTÁRIO FÍSICO

Pelo menos uma vez a cada exercício a sociedade executará o inventário físico dos bens. Será definido um profissional que conhece a localização de cada bem e este procederá à contagem de todos os bens da empresa, não omitindo item algum. O profissional designado deve ser alertado para considerar todos os bens da empresa, não deixando nenhum dos bens sem inventariar, salvo condições extremas de impossibilidade de verificação física, tendo, neste caso que relatar tais condições no inventário, bem como a existência ou não do bem que ficou impossibilitado de ser vistoriado fisicamente. A título de exemplo citamos as máquinas que estão submersas em caixa de esgoto que inviabiliza a vistoria física, mas dá ao inventariante certeza de que lá se encontra.

No que diz respeito aos itens código de barra e descrição, deve-se ter o máximo cuidado em registrar tal informação corretamente.

As pessoas encarregadas da contagem e verificação deverão rubricar a respectiva ficha de contagem.

Qualquer cálculo necessário à contagem do estoque deve ser feito no verso da ficha de cada item, a fim de poder ser conferido mais tarde, se necessário. Se o mesmo item estiver localizado em dois ou mais lugares separados, deve ser feita

uma ficha separada para cada lote.

É muito importante que este procedimento seja levado a efeito de uma maneira completa. Vale salientar que os bons resultados dependerão grandemente da supervisão e estrito controle exercido pelas partes designadas para esse fim.

Quando a contagem do inventário estiver completada e verificada, o encarregado do inventário deverá encaminhar a relação da contagem à administração para o profissional responsável pelo controle dos bens no sistema de informações.

O profissional responsável pelo controle dos bens no sistema de informações deverá promover os ajustes que porventura se fizerem necessários. Caso haja bem que não tenha sido encontrado e o mesmo estiver no sistema de informações constando como existente o problema deverá ser levado à Gerencia para a solução do caso e, se aprovado deverá ser baixado no sistema. Essa aprovação deverá formalizada no inventário, com data e assinatura do responsável pelo ajuste de baixa do bem.

8. RESPONSABILIDADE PELA GUARDA E MOVIMENTAÇÃO DOS BENS

Será definido em cada ambiente da sociedade um profissional que será responsável pela guarda e movimentação dos bens, para tanto deverá ser formalizado documento denominado Termo de Responsabilidade, (formulário demonstrado no ANEXO I) desta política. O termo em questão será assinado pelo responsável pela guarda de tais bens e ficará arquivado na administração.

Em caso de movimentação esse profissional deverá ser o responsável por tais mudanças e comunicação a gestão dos bens no sistema de informações.

9. RELATÓRIO E APROVAÇÃO FINAL

O encarregado do inventário providenciará um relatório mencionando todas as diferenças encontradas nas fichas de estoque e na tomada de inventário, em quantidades e volumes, bem como uma explicação da razão da diferença tão detalhada quanto possível.

ANEXO I

TERMO DE RESPONSABILIDADE

Na qualidade de responsável, comprometo-me pela guarda dos bens relacionados em anexo, que rubricado pelas partes, faz parte integrante e inseparável deste termo, obrigando-me a responder pela posse, sujeitando-me a responder perante a Instituição em caso de extravio ou semelhante, a zelar pela sua conservação, bem como, informar à Administração da organização, a transferência para outro setor e baixa dos relacionados bens.

Declaro que conferi os bens da relação em anexo e que os mesmos encontram-se em perfeitas condições de uso, salvo observações.

/ /

Data:	Local:
Assinatura:	
Nome Extenso:	_____
Responsável pelo Setor:	_____
Obs.:	

ANEXO II

**RELAÇÃO DOS BENS QUE DEVERÃO SER CLASSIFICADOS DIRETAMENTE
NA CONTA DE RESULTADO**

Para esta pesquisa, tomamos como base para exemplo, alguns itens do ativo imobilizado, de forma a demonstrar e observar o que determina os critérios estabelecidos no item 4.5, ou seja, não considerar valor mínimo para controle do bem e considerar no controle o bem que possua vida útil econômica superior a 1 (um) ano, e considerar, em conjunto, o bem que possua valor superior ao limite de R\$ 1.200,00.

Nº	Bem
1	Calculadora simples
2	Mouse
3	Teclado
4	Placa de rede a ser instalada na CPU
5	Tapetes
6	Quadros
7	Lixeiras
8	Cinzeiro
9	Ferramentas
10	Grampeador
11	Perfurador
12	Placas indicativas

13	Material de manutenção (parafusos, porcas, maçanetas, fechaduras, chaves)
14	Metais e louças de banheiro
15	Janelas
16	Controle remoto
17	Câmera de vídeo
18	Aparelho de celular
19	Aparelho de comunicação
20	Talheres
21	Máquina fotográfica
22	Bancos de madeira
23	Banquetas
24	Relógio de parede e de pulso
25	Caixa de metal e madeira
26	Toalhas de pano
27	Taça e copos de vidro, cristal, metal
28	Livros e revistas
29	Espelho de vidro, emoldurados e não emoldurados
30	Objetos de ornamentação
31	Garrafa térmica
32	Garrafões e garrafas de vidro ou plástico
33	Botijão de gás
34	Bandejas, travessas de metais e vidro
35	Carregadores de celular
36	Cortinas, sanefas etc de malha de plásticos e metal
37	Discos fonográficos e discos magnéticos
38	Pen drives
39	HD externo
40	Fitas magnéticas
41	Lustres
42	Madeira para prateleiras individuais
43	Malas, maletas, pastas de couro ou de plástico
44	Ventilador de mesa e teto
45	Painel de fibra e madeira

Fonte: Elaborado pelo autor (2014).

3.CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve como tema o controle interno do ativo imobilizado evidenciando sua importância no controle patrimonial de uma entidade. Foi realizada revisão bibliográfica para fundamentação da elaboração de um manual de procedimentos relacionados ao controle interno em uma entidade.

A pesquisa através da elaboração de um manual de procedimentos propôs a execução adequada do controle dos ativos imobilizados de uma organização. A partir do momento em que nos propusemos a elaborar um Manual de controle interno, esperávamos atender a necessidade informacionais dos gestores com relação às questões organizacionais, financeiras, econômicas e administrativas, considerando que a boa prática desses controles para os ativos de uma organização, provocariam ajustes em seus procedimentos internos, conseqüentemente uma melhor alocação dos recursos disponíveis no que se refere à aquisição de novos itens, necessidade de reposição, obsolescência, entre outros.

Durante a elaboração deste trabalho, evidenciamos como essência e a correta aplicação das normas e técnicas contábeis, uma vez que as boas práticas nos permitem mensurar o quanto determinado processo é ou não viável para uma organização.

Essa experiência tornou possível a aplicação da teoria na prática, aumentando, assim, seus conhecimentos e habilidades na prática dos temas contábeis envolvidos.

3.1. Sugestões para pesquisas futuras

Além do controle e gestão dos bens integrantes do ativo imobilizado sugerimos como tema para pesquisas posteriores o reconhecimento dos ativos intangíveis, a utilização do método à *fair value* (valor justo) na mensuração e avaliação de ativos tangíveis e a evidenciação da valorização subsequente, com a constituição da AAP – Ajuste de Avaliação Patrimonial dos bens tangíveis e a mensuração dos bens intangíveis

REFERÊNCIAS

ALL LOGISTICA. **NOTA EXPLICATIVA.** Fonte: http://ri.all-logistica.com/all/web/arquivos/DFP_ALL_4T11.pdf Acesso: 01/03/2014

ALMEIDA, Marcelo Cavalcanti. **Auditoria: um curso moderno e completo.** 2003. 6 ed. São Paulo: Atlas S/A.

BRASIL. **Lei 11.638, de 28 de dezembro de 2007.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11638.htm. Acesso: 25/11/2013.

BRASIL. **Lei 11.941, de 27 de maio de 2009.** Disponível em: <http://www.receita.fazenda.gov.br/Legislacao/leis/2009/lei11941.htm>. Acesso: 26/12/2013.

BRASIL. **Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6404consol.htm. Acesso: 25/12/2013.

CPC- Comitê de Pronunciamentos Contábeis. **CPC 00 Estrutura Conceitual Básica.** Disponível em www.cpc.org.br Acesso em: 15/01/2014.

CPC- Comitê de Pronunciamentos Contábeis. **CPC 06 Operações de Arrendamento Mercantil.** Disponível em www.cpc.org.br Acesso em: 10/11/2013.

CPC- Comitê de Pronunciamentos Contábeis. **CPC 27 Ativo Imobilizado.** Disponível em www.cpc.org.br Acesso em: 12/11/2013.

CREPALDI, Silvio Aparecido. **Auditoria contábil: teoria e prática.** 2000. São Paulo: Atlas S/A.

CREPALDI, Silvio Aparecido. **Auditoria Contábil: teoria e pratica.** 4 ed. São Paulo: Atlas S/A, 2007.

IUDICIBUS, Sérgio. Et. al. **Contabilidade Introdutória.** 2006. São Paulo: Atlas S/A

IUDICIBUS, Sérgio. Et. al. **Manual de Contabilidade Societária: aplicável a todas as sociedades de acordo com as normas internacionais e do CPC**. 2010. São Paulo: Atlas S/A

MARION, José Carlos. **Contabilidade Básica**. 2006. 8ª ed. São Paulo. Atlas S/A.

PADOVEZE, Clóvis Luís. **Contabilidade gerencial: um enfoque em sistema de informação contábil**. São Paulo: Atlas, 2010.

PEREIRA, Eduardo Silva da; ARAUJO, Ademilson Ferreira de. **Gestão Eficiente do ativo imobilizado e seus reflexos dentro de uma organização**. 2006. Revista Científica Eletrônica de Ciências Contábeis. Ano IV. Número 08. Periódicos Semestral.

PEREIRA, Paulo Antonio. **Implantação de Controle Ativo Imobilizado: Adequação as novas leis contábeis**. Disponível: <http://www.sinescontabil.com.br/monografias/artigos/IMPLANTACAO-DE-CONTROLE-ATIVO-IMOBILIZADO.pdf>

POZO, Hamilton. **Administração de recursos materiais e patrimoniais: uma abordagem logística**. São Paulo. Atlas S/A, 2001

ROBBINS, Stephen; COLTER, Mary. **Administração**. 1996. 5ª edição. Editora: Prentice-Hall do Brasil

SA, Antonio Lopes de. **Curso de auditoria**. 2002. 10 ed. São Paulo: Atlas S/A.

SZUSTER, Natan. Et. al. **Contabilidade Geral: introdução à contabilidade societária**. 2011. 3 ed. São Paulo: Atlas S/A